

Sumário

Nota à 2ª Edição	xv
Nota à 3ª Edição: Alteração do Título	xxvii
Nota à 4ª Edição	xix
Nota à 5ª edição	xxi
Carta da Professora Ada Pellegrini Grinover	xxiii
Carta do Professor Fernando da Costa Tourinho Filho	xxv
Capítulo I – Introdução	1
Capítulo II – Noções Gerais: Os Princípios Processuais Penais–Constitucionais, os Direitos Fundamentais, as Garantias e a Ponderação de Bens	5
1. Noções sobre Princípios e Regras.....	5
2. Dos Princípios Gerais aos Direitos Fundamentais	10
3. Direitos e Garantias. Garantias Institucionais	13
4. Direitos Públicos Subjetivos	15
5. A Ponderação de Bens e o Processo Penal	17
6. Reserva de Jurisdição para Limitação de Direitos Fundamentais	23
7. À Guisa de Conclusão	24
Capítulo III – Princípio da Dignidade	25
1. Noção e Evolução	25
2. Princípio da Dignidade e Sistema Processual.....	27
3. A Submissão da Parte Ré à Parte Autora.....	31
4. Princípio da Dignidade e Justa Causa para a Ação Penal	33
5. Princípio da Proporcionalidade.....	34
6. A Dupla Dimensão do Princípio da Proporcionalidade: a Proibição de Excesso e a Proibição de Proteção Deficiente	37
7. Algumas Aplicações da Dupla Dimensão (Proibição de Excesso e Proibição de Proteção Deficiente) no Âmbito Processual Penal	39
8. À Guisa de Conclusão	41
Capítulo IV – Princípio da Isonomia	43
1. Noção e Evolução.....	43
2. Situações Processuais Penais de Equiparação e de Desequiparação.....	44
3. O Princípio da Igualdade e as Ações ou Discriminações Positivas no Âmbito Penal e Processual Penal: A Questão da Lei nº 11.340/2006 (violência doméstica)	45

4. A Desigualdade de Tratamento Gerada pela Situação Econômica do Indiciado para Efeito de Concessão/Isenção de Fiança	46
5. Princípio da Isonomia e Competência dos Juizados Criminais	48
6. As Sentenças Aditivas: Possibilidade de Extensão das Situações Jurídicas de Vantagem por Força do Princípio da Isonomia	49
Capítulo V – Princípio da Inviolabilidade da Intimidade, da Vida Privada, da Honra e da Imagem	51
1. Noção e Evolução do Direito de Intimidade e da Vida Privada	51
2. Intimidade e Lei nº 9.034/95	56
3. Um Parêntese: Os Poderes de Investigação das Comissões Parlamentares de Inquérito	56
4. Um Segundo Parêntese: Poderes de Requisição do Ministério Público	59
5. Sigilo Bancário	60
6. Sigilo Fiscal	63
7. Sigilo Eleitoral	64
8. Intervenções Corporais. Exame de DNA, Bafômetro, Voz Grafia, Digitais, Cirurgias, Finger Scrapings, Busca Pessoal nas Cavidades do Corpo, Lixo, Fotografias e Filmagens	65
9. Noção e Evolução do Direito de Imagem	69
10. A Imagem dos Indiciados e Réus e Processo Penal. Cartazes de Procura-se ...	70
11. Inviolabilidade da Honra: Noção, Evolução e Processo Penal	72
12. Algumas Conclusões Gerais	74
Capítulo VI – Inviolabilidade da Correspondência e das Comunicações Telegráficas, de Dados e Telefônicas	75
1. Noção e Evolução	75
2. O Alcance da Restrição	75
3. Correspondência Postal e Comunicação Telegráfica	76
4. Comunicação de Dados	77
5. Comunicação Telefônica	81
6. Gravação Ambiental e Clandestina	82
7. Procedimento para a Interceptação Telefônica	85
8. Conclusão	86
Capítulo VII – Inviolabilidade do Domicílio	89
1. Noção e Evolução	89
2. Situações Permissivas de Ingresso em Domicílio	90
3. Consentimento do Morador	92
4. Filmagem ou Gravação Ambiental em Domicílio e Prova no Processo Penal	93
Capítulo VIII – Inadmissibilidade de Utilização de Prova Ilícita no Processo	95
1. Noções Gerais e Evolução	95
2. Admissibilidade, Inadmissibilidade e Ponderação de Bens	96
3. Contaminação da Prova (<i>Fruits of the Poisonous Tree</i>)	100

4. Conclusões Gerais sobre Prova Ilícita e as Inviolabilidades dos Capítulos Anteriores	102
Capítulo IX – Princípio da Indeclinabilidade de Jurisdição em Caso de Lesão ou Ameaça a Direito	107
1. Noção e Evolução.....	107
2. Previsão Constitucional da Tutela de Emergência e Estado de Liberdade.....	108
3. Acesso à Jurisdição Penal.....	108
Capítulo X – Juiz Natural	115
1. Noção e Evolução	115
2. Análise de Algumas Situações: Juiz Natural para a Execução Penal na Justiça Federal, Superveniência de Justiça Especializada, Juiz Natural na Competência por Prerrogativa de Função	117
3. Promotor Natural: Atuação Concomitante, Designação para Fase Anterior à Ação Penal, etc.....	119
4. Federalização de Causas quando Houver Grave Violação de Direitos Humanos..	121
Capítulo XI – Júri	127
1. Noção e Evolução.....	127
2. Os Quatro Requisitos Constitucionais	127
3. A Impronúncia e a Absolvição Sumária pelo Juiz de Direito: Ofensa ao Juiz Natural?.....	129
4. A Escolha dos Jurados e a Adequada Representação da Sociedade.....	130
Capítulo XII – Irretroatividade da Norma Processual com Conteúdo Penal	133
1. Noção e Evolução.....	133
2. Norma Processual.....	133
3. Direito Intertemporal Processual Penal	135
Capítulo XIII – Devido Processo Legal	139
1. Noção e Evolução.....	139
2. Extensão da Coisa Julgada Penal à Jurisdição Cível.....	140
3. Devido Processo Legal e Sentença de Pronúncia.....	141
4. Sentido Substantivo do Devido Processo Legal e Medidas Cautelares. Conclusão	142
Capítulo XIV – Garantias do Contraditório e da Ampla Defesa	145
1. Noção e Evolução.....	145
2. Contraditório e Ampla Defesa: o Direito do Réu à Tutela Jurisdicional.....	146
3. O Direito de Recorrer em Liberdade. Não-Recolhimento à Prisão ou Fuga e a Deserção (CPP, art. 595).....	147
4. Momento de Manifestação da Defesa nas Apelações e nos Recursos em Sentido Estrito. A Ordem Dialética da Apresentação da Peças Processuais pelas Partes. Ministério Público Manifestando-se após a Defesa, em Alegações Finais.....	150

5. Prévia Entrevista com o Defensor e sua Indispensável Presença no Ato do Interrogatório. Interrogatório por Videoconferência	153
6. Inquisitorialidade ou Contraditoriedade do Inquérito Policial?	156
7. Atuação da Defesa no Inquérito Policial. Sigilo (CPP, art. 20) e Incomunicabilidade (CPP, art. 21).....	156
8. Deficiência de Defesa. Defesa Técnica. Apelação sem Razões. Não-Recepção de Alegações Finais. Mutatio Libelli e Emendatio Libelli	157
Capítulo XV – Princípio da Presunção de Inocência ou da Não-Culpabilidade	161
1. Noção e Evolução	161
2. Presunção de Inocência ou de Não-Culpabilidade?	162
3. Compreensão do Princípio da Presunção de Inocência no Direito Processual Penal Brasileiro e as Modalidades de Prisão.....	163
4. Duração Temporal da Presunção de Inocência. Tese defensiva não absolutória .	165
5. A Evolução Jurisprudencial no Brasil	168
6. Inconstitucionalidade da Prisão Obrigatória	169
7. Presunção de Inocência e Antecedentes Penais.....	170
8. Outras Consequências da Presunção de Inocência: o Ônus da Prova e os Poderes Instrutórios do Juiz.....	170
Capítulo XVI – Formalidades da Prisão. Direitos do Indiciado Preso. Direito ao Silêncio.....	179
1. Noção e Evolução	179
2. Identificação Criminal	179
3. Prisão Administrativa, Prisão do Depositário Infiel e do Devedor na Alienação Fiduciária	181
4. Formalidades da Prisão. Garantia de Assistência e de Comunicação. Apresentação Imediata do Preso ao Juiz	183
5. Garantia de Silêncio e de Não Ser Obrigado a Provar contra Si Mesmo.....	184
6. Conseqüência da Inobservância das Garantias e Formalidades	186
Capítulo XVII – Ação Penal Ação Penal Privada Subsidiária da Pública Ação Penal Pública	189
1. Noção e Evolução	189
2. A Constituição Alargou a Incidência da Ação Privada Subsidiária da Pública? .	190
3. Titularidade do Ministério Público nas Ações de Iniciativa Pública Incondicionadas	198
4. Classificação da Denúncia ou da Queixa-Crime e Estado de Liberdade.....	198
5. Conformidade do Princípio da Obrigatoriedade ou da Legalidade da Ação Penal de Iniciativa Pública com os Princípios Constitucionais da Dignidade e da Proporcionalidade	202
6. Justa Causa	204
Capítulo XVIII – Garantias do Sigilo Processual, da Publicidade e da Motivação na Atividade Jurisdicional	207
1. Noção e Evolução	207

2. Publicidade e Sigilo.....	208
3. Motivação	211
4. Ausência de Motivação e Nulidade. Não-Recepção de Dispositivos que Permitiam Julgamentos sem Publicidade.....	212
5. Motivação e Verdade: Processual e Real	213

Capítulo XIX – Princípio da Liberdade: Medidas Cautelares de Prisão, Liberdade provisória e Relaxamento da Prisão 217

1. Noção e Evolução.....	217
2. As Medidas Cautelares.....	217
3. Medidas Cautelares no Processo Penal Brasileiro.....	221
3.1. Medidas Tipicamente Cautelares	221
3.2. Outras Medidas Processuais Constritivas de Direitos.....	223
4. A Função de Segurança, o Judiciário e a Constituição	225
5. Relaxamento de Prisão e Liberdade Provisória.....	231

Capítulo XX – Princípio da Celeridade 233

1. Noção e Evolução.....	233
2. Duração dos Processos Penais e os Princípios da Dignidade e do Contraditório.....	234
3. O que é Prazo Razoável?	237
4. As Conseqüências do Descumprimento dos Prazos Razoáveis	239

Capítulo XXI – Competência do Estado-Membro para Legislar sobre Direito Processual Procedimental..... 241

1. Noções Gerais	241
------------------------	-----

Capítulo XXII – Atribuição Constitucional para a Investigação Criminal..... 245

1. Noções Gerais	245
2. Limites Objetivos à Investigação Direta	247

APÊNDICES

Notas do Autor	251
----------------------	-----

Apêndice 1 – Investigação Jornalística e Direitos Fundamentais: a Divulgação de Interceptação Telefônica pela Imprensa.....	253
--	-----

Apêndice 2 – Lei da Mordaza e Direito de Informação – Mídia e Justiça	269
--	-----

Apêndice 3 – Julgamento pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça (Lei nº 8.038, de 28.05.90).....	283
---	-----

Apêndice 4 – Tutela Penal da Intimidade: Proteção da Esfera da Intimidade e da Vida Privada e os Limites dos Meios de Comunicação.....	287
---	-----

Apêndice 5 – A Ação Penal no Direito Italiano e no Direito Brasileiro.....	293
---	-----

Apêndice 6 – Juizados Criminais: Novos Atores e Novos Princípios para uma Justiça Efetiva	301
Apêndice 7 – Reserva de Jurisdição e Estado de Liberdade	311
Apêndice 8 – O Juizado Criminal no Contexto da Política Criminal Brasileira.....	321
Apêndice 9 – Incongruências Constitucionais nos Códigos de Processo Penal do Brasil e de Portugal e o Problema da Violência.....	335
Referências Bibliográficas	345